



<b>EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025</b> Regido pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 29 de 08 de março de 2023 e Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/06 e suas alterações	
Tipo:	<b>Menor Preço por Item</b>
Objeto:	<b>REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BERURI.</b>
MODO DE DISPUTA	<b>ABERTO</b>
Processo:	<b>00010210.2025.0014 - SEMSA</b>
Órgão Gerenciador:	<b>SEMSA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>
Órgão Participante:	<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA PREFEITURA DE BERURI</b>
<b>Sessão pública para recebimento das propostas de preços e dos documentos de habilitação. Não havendo expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, salvo as disposições em contrário.</b>	
Data:	<b>12/11/2025</b>
Hora:	<b>13h00min</b>
Local:	<b>Sítio Eletrônico <a href="https://www.licitanet.com.br/">https://www.licitanet.com.br/</a></b>
Edital disponível	<b>Sítio Eletrônico <a href="https://www.licitanet.com.br/">https://www.licitanet.com.br/</a></b>
<b>Aviso de licitação publicado no site:</b> <b><a href="http://www.diariomunicipal.com.br/am">www.diariomunicipal.com.br/am</a></b>	



## SUMÁRIO DO EDITAL

EDITAL DE LICITAÇÃO .....	3
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025.....	3
1. DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA .....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
5. DO PREENCHIMENTO PROPOSTA DE PREÇOS .....	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	10
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	13
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	16
9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA .....	18
10. DOS RECURSOS .....	19
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	20
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	22
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23



## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025-DAFI

A Prefeitura Municipal de Beruri torna público para o conhecimento dos interessados que na data, na hora e no local indicados no preâmbulo deste instrumento convocatório, com obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 29 de 08 de março de 2023 e Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/06 e suas alterações, e demais alterações e legislações complementares, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, para o objeto em epígrafe, mediante as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

#### 1. DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

##### 1.1. REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADO A SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BERURI.

1.2. A descrição detalhada do objeto do presente certame está discriminada no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverá ser minuciosamente observada pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços.

1.3. A presente contratação encontra sua fundamentação na necessidade de suprir de forma padronizada e eficiente a demanda por equipamentos hospitalares da Secretaria Municipal de Saúde de Beruri. A aquisição desses itens é essencial para o adequado funcionamento das atividades relacionadas à saúde pública e ao diagnóstico laboratorial, garantindo a qualidade, a segurança e a eficácia dos serviços prestados à população.

##### 1.3.1. Necessidade e Relevância para a Gestão Pública:

1. Funcionamento Essencial da Secretaria Municipal de Saúde: A disponibilidade de equipamentos hospitalares e insumos relacionados adequados é fundamental para o suporte às atividades rotineiras de diagnóstico, pesquisa e atendimento à saúde, garantindo a qualidade dos exames e procedimentos.

2. Saúde e Segurança dos Profissionais e Usuários: A oferta de equipamentos hospitalares e insumos relacionados de qualidade, estéril e em bom estado de conservação contribui diretamente para a segurança e o bem-estar dos profissionais de saúde e dos pacientes, promovendo um ambiente de trabalho e atendimento mais seguro e confiável.

3. Normas Sanitárias e de Qualidade: Os equipamentos hospitalares e insumos relacionados devem estar em conformidade com as normas sanitárias e técnicas vigentes, incluindo as da ANVISA, para garantir a precisão dos resultados e a segurança de pacientes e profissionais, prevenindo a contaminação e assegurando a saúde pública.

4. Otimização de Custos e Durabilidade: A padronização e aquisição de equipamentos hospitalares e insumos relacionados de qualidade superior, mesmo que em um volume maior inicial, visam reduzir a necessidade de compras emergenciais e a reposição frequente, gerando economia a longo prazo para o erário público.

1.3.2. Fundamentação Legal: A necessidade da aquisição de equipamentos hospitalares e insumos relacionados está alinhada com os princípios e diretrizes da legislação brasileira que rege as contratações públicas e a gestão da administração:

1. Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos): A contratação visa atender ao princípio da eficiência na gestão dos recursos públicos, buscando a melhor solução para as necessidades da administração, garantindo a qualidade e durabilidade dos bens adquiridos.

2. Princípios da Administração Pública: A aquisição está em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, buscando o interesse público e a adequada prestação dos serviços municipais.

1.3.3. Descrição da Necessidade: Diante do exposto, a Secretaria Municipal de Saúde de Beruri possui uma necessidade contínua e diversificada de equipamentos hospitalares e insumos relacionados para:

1. Reequipamento e Padronização: Reequipar e padronizar os laboratórios e unidades de saúde com equipamentos hospitalares e insumos relacionados modernos, precisos e funcionais.

2. Suprimento de Demandas Diárias: Atender às necessidades diárias de exames, diagnósticos e procedimentos de saúde para a população.

3. Apoio a Campanhas e Ações de Saúde Pública: Dispor de equipamentos hospitalares e insumos relacionados suficientes e adequados para a realização de campanhas de vacinação, exames preventivos e outras ações de saúde pública.

4. Manutenção da Qualidade e Esterilização: Garantir a substituição de equipamentos hospitalares e insumos relacionados obsoletos, danificados ou com prazo de validade vencido, que possa comprometer a precisão dos resultados e a segurança sanitária.

Em suma, a solução visa garantir o abastecimento contínuo e qualificado de equipamentos hospitalares e insumos relacionados para o funcionamento eficiente da Secretaria Municipal de Saúde de Beruri, promovendo a saúde e o bem-estar da população, e em conformidade com as melhores práticas de gestão pública e sanitária.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, e no Decreto n.º 8.538, de 2015, observado o disposto na Lei nº 14.133, de 2021.



3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição, salvo se atuarem como agente econômico em igualdade de condições com outros licitantes;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.8 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.





3.12. A vedação de que trata o item 3.6.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que deverá ser enviada juntamente com a documentação de habilitação:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.5. Possui licença sanitária de funcionamento válida e expedida pelo órgão competente, e que a apresentará quando solicitado para fins de habilitação;

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



- 4.6.1. No lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele lote;
- 4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. Valor unitário e total do item;
- 5.1.2. Marca; (se couber)
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao mínimo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os equipamentos hospitalares e insumos relacionados, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estipulados pela Administração.

5.7.4. Os documentos exigidos neste Edital, quando confeccionados pelos licitantes, somente serão aceitos e analisados se contiverem assinatura eletrônica.

5.7.5. Considera-se assinatura eletrônica, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 14.063/2020, os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos na referida Lei.

5.7.6. A assinatura eletrônica por pessoa física ou jurídica, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do Verificador de Conformidades do Governo Federal (<https://validar.iti.gov.br>).

5.7.7. A validade e integridade dos documentos assinados eletronicamente serão verificadas, sendo aceitas assinaturas digitais realizadas por qualquer assinador eletrônico.





5.7.8. Serão desclassificados e/ou inabilitados os proponentes que apresentarem proposta ou documentação que contiverem assinaturas reprográficas, entendidas como aquelas que são reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos e/ou com assinatura de próprio punho e digitalizados.

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos licitantes e/ou contratados pode ensejar a aplicação das sanções previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização perante o Tribunal de Contas da União e demais órgãos de controle.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. Conforme art. 22, §1º da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor TOTAL do item.

6.9. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 30 (trinta) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado no último minuto do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 4.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: E

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observando as proibições e impedimentos previstos neste Edital e na Lei nº 14.133/2021, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros poderá ser realizada em nome da empresa licitante e de seus sócios majoritários para prevenir fraudes ou conflitos de interesse.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 39, caput, ou norma superveniente).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 39, §1º, ou norma superveniente).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 39, §2º, ou norma superveniente).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.





7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto no item 4.5 e neste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos artigos 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.3.1. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.3.2. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7.3.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.3.4. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.3.4.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.3.4.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, conforme Art. 68 da Lei nº 14.133/2021.





- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado. Para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, para fins de garantia, haverá um acréscimo de 10% a 30%, em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme Art. 15, §1º da Lei nº 14.133/2021.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.8. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 19, §§ 1º e 4º, ou norma superveniente).
- 8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 19, caput, ou norma superveniente).
- 8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 19, parágrafo único, ou norma superveniente).
- 8.10. Declaração de conhecimento da logística até o município.
- 8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação (Art. 4º, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021, e LCP nº 123/2006).

8.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN SEGES/ME nº 73/2022, art. 39, §4º):

8.17.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

## **9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

9.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

9.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo para apresentação de recurso é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente no sistema, sob pena de preclusão, devendo as razões recursais ser apresentadas no prazo do item 10.2.

10.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.5. Os recursos interpostos fora do prazo ou por outros meios fora do Sistema não serão conhecidos.

10.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. Fraudar a licitação;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados, conforme Art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.5. Na aplicação das sanções será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme Art. 156, §5º da Lei nº 14.133/2021.

11.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme Art. 156, §4º da Lei nº 14.133/2021.

11.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

11.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o





adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo site <https://www.licitanet.com.br/>.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.





13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. Termo de Referência (ANEXO I)

13.11.2. Minuta da Ata de Registro de Preços (ANEXO II)

Beruri (AM), 29 de outubro de 2025.

**GABRIELA ALVES MIRANDA  
AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Saúde				CNPJ Nº: 04.628.111/0001-06
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE: Thiago Souza da Silva				
ENDEREÇO: Avenida Castelo Branco, s/nº, Centro				
CIDADE	UF	CEP	TELEFONE	E-MAIL:
Beruri	AM	69.430-000	(092) 99225-4592	<u><a href="mailto:semsaberuri.saude@gmail.com">semsaberuri.saude@gmail.com</a></u>

#### 2. DO OBJETO

2.1. A presente contratação tem como objeto a aquisição e o fornecimento de equipamentos hospitalares diversos, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Beruri, visando a melhoria da infraestrutura e dos serviços de saúde oferecidos à população, conforme lista a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Quant.
1	ANALISADOR HEMATOLOGICO: capacidade :60 amostras/hora com 1 Diluente e 2 Lisantes Tela sensível ao toque de até 08.4 Pol; Volume de aspiração 18 uL; Dimensões: aproximadamente 230(L) * 415(P) * 435(A) mm.	UND	1
2	GLICOSIMETRO MEDIDOR DE GLICEMIA: Faixa de medição 10~600mg/dl, amostra de sangue necessária 0.9 microlitros, tempo para resultado 5 Seg, Display de LCD, quantidade de memória 500, Alimentação: pilha.	KIT	20



3	APARELHO DIGITAL DE MEDIÇÃO DE PRESSÃO arterial com características mínimas: Visor cristal líquido. Método de medição oscilométrico, Aferição no pulso, Precisão de 1mmHg, Alcance da medida: - SIS/DIA - 30 a 280 mmHg, - Pulsação - 40 a 200 batimentos por minuto, Capacidade da memória de armazenamento automático de 99 últimas medições, Alimentação: pilha Verificado e aprovado pelo INMETRO, Registro na ANVISA	UND	20
4	ARMÁRIO AÇO: Acabamento superficial: pintura eletrostática com epóxi, cor: cinza claro, quantidade portas: 1 un, quantidade prateleiras: 4 un, altura: 1,98 m, largura: 0,92 m, profundidade: 480 mm, características adicionais: portas com puxador e fechadura, prateleiras regular, material: chapa aço fosfatada, aplicação: uso geral.	UND	5
5	ARMARIO DE VITRINE Material: fundo, teto chapa aço, pintura eletrostática epóxi, material prateleiras: 4 prateleiras vidro c, 4mm espessura, quantidade portas: 2 portas un, po fechadura: fechadura po yale, altura: 1,65 m, largura: 0,70 m, profundidade: 0,35 m, características adicionais: pés c. ponteira de plástico	UND	2
6	CILINDRO DE OXIGÊNIO: KIT OXIGÊNIO PORTÁTIL 10 LITROS ALUMÍNIO COM CARRINHO.	UND	3



7	BALANÇA DIGITAL que atendam às necessidades de pesagem e conferência de gêneros alimentícios, com plataforma Bi Volt ( 110-220 V) com bateria, pés antiderrapantes, início de pesagem a partir de 20gr, pesagem máxima de até 150 kg. Dimensões da plataforma: 30 cm largura, 40 cm comprimento, 9 cm altura	UND	5
8	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL ADULTO, OBESO Especificação técnica: Fabricada exclusivamente para pesagem de pessoas; Balança antropométrica eletrônica com capacidade de no mínimo 300 kg; Divisão de frações de 50 a 100 g; Régua antropométrica com altura máxima maior ou igual a 2,00 metros e graduação de 0,5 cm em alumínio; Plataforma em chapa de aço reforçado; Tapete em borracha antiderrapante; Pés reguláveis em borracha; Com display de Led ou cristal líquido de no mínimo 4 dígitos; Bivolt 110/220 V; Homologadas pelo INMETRO e aferidas pelo IPEM. Os produtos deverão ser aferidos e aprovados com certificação/selo fornecido pelo INMETRO	UND	4



9	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA DIGITAL INFANTIL especificação técnica: Balança antropométrica digital pediátrica, Com display de Led ou cristal líquido de no mínimo 5 dígitos; Com gabinete em plástico ABS injetado, na cor branca; Com concha anatômica, confeccionada em material inoxidável, isento de arestas Nas dimensões mínimas de: 28 cm de largura; 48 cm de profundidade; 8 cm de altura; Com colchonete almofadado com revestimento impermeável e atóxico (removível); Capacidade para no mínimo 15 kg; Com graduação (precisão) de no mínimo 05 gramas; Contendo régua para medição; Bivolt. Homologadas pelo INMETRO	UND	2
10	BANQUETA GIRATÓRIA Assento em MDF medindo 33 cm de diâmetro estofado em espuma injetada densidade: 52Kg/m <sup>3</sup> , 3cm de espessura. Face superior e lateral revestido em vinil colorido, face inferior com revestimento em TNT G80. Estrutura em base giratória, regulagem de altura com mecanismo a gás, 44 cm altura mínima e 55 cm altura máxima. Pés em formato de estrela cinco patas com rodízio de silicone.	UND	2
11	BIOMBO TRIPLO; Dobrável em 3 partes; Composição: Aço carbono com pintura epóxi; Rodízios, rodinhas; Tecido Lona plastificada; Cabeceira Fixa Dimensões Mínimas: 170.0 cm x 50.0 cm x 180.0 cm (C x L x A) Cor Banca ou similar	UND	3





12	<p>ANALISADOR AUTOMÁTICO DE BIOQUÍMICA deverá apresentar as seguintes especificações: Sistema óptico de alta precisão; Executar no mínimo 200 testes por hora; Volume mínimo de reação 200ul; Sistema de refrigeração 24horas para garantir o reagente entre 2-8°C.; Proteção contra colisões nas direções verticais e horizontais; Parada e alarmes automáticos; Detecção e seleção automática de cubetas aceitáveis; Seleção do melhor ponto de teste por curva de reação, criação automática de novo fator; Detecção de reagentes e amostras; Leitor de código de barras; Detecção de coágulo; Cubetas de reação autolaváveis. Check automático da qualidade das cubetas; Seringas de alta precisão livres de manutenção; Comprimento de onda de 340 a 690nm; Temperatura da reação: 37+0,1°C; Lâmpada: Halogêneo Tungstênio; Modo da reação: Ponto final, cinético e ponto fixo (Bi e Mono reagentes); Calibração; Controle de Qualidade de até 3 níveis: Normal, médio e alto; Avaliação de Controle Interno diário; Função STAT para amostras de emergência sem parada da rotina; Software em português; Possibilidade de diluição automática e repetição de testes quando Range de Abs ou linearidade estiver fora do intervalo; Possibilidade de interfaceamento de computador; Acesso remoto; Acessórios externos: CPU, Monitor, Teclado, Mouse, Nobreak Senoidal de 2.200VA; Voltagem:~100240V 50/60HZ, 1,5KVA.</p>	UND	1
13	<p>BISTURI ELÉTRICO, modelo radiofrequência, modo de operação monopolar, potência máxima corte monopolar de 151 a 200 w, tipo de coagulação, spray e fulguração, tipo de corte puro e no mínimo 3 mistos, modo de operação bipolar, micro e macro, outros componentes alarme, memória, compatibilidade compatível c/ coagulador argônio</p>	UND	1



14	CADEIRA DE RODA ADULTO Em liga de alumínio temperado; Rolamentos blindados nas quatro rodas, inclusive no eixo vertical do garfo; Eixos de aço reforçados; Pintura epóxi; Estofamento em nylon acolchoado; Almofada de 5 cm de espessura, em espuma de alta densidade, incorporada ao assento; Estrutura dobrável em duplo X, com sistema de fechamento por articuladores; Rodas traseiras de 24”, infláveis e raiadas; dobrável em duplo X, com sistema de fechamento por articuladores; Rodas traseiras de 24”, infláveis e raiadas; Rodas dianteiras de 6”, maciças, com garfo de nylon; Aros de impulso em alumínio com pintura epóxi; Sistema de desmontagem rápida, “Quick release”, nas quatro rodas; Freios bilaterais; Protetor de raios; Protetores laterais de roupa em nylon com abas; Apoio de braços escamoteáveis; Pedais removíveis, com sistema “swingaway”; Capacidade de peso de até 120 kg	UND	1
----	--	-----	---



15	CADEIRA, de rodas adulto, confeccionada em estrutura tubular de aço, pintura eletrostática; dobrável com estrutura em duplo X; apoio para os braços escamoteáveis, apoios para os pés com regulagem de altura, rebatíveis lateralmente; apoio para as panturrilhas; rodas traseiras com no mínimo 24 polegadas e pneus infláveis; rodas dianteiras com no mínimo 6 polegadas e pneus maciços; freios bilaterais; assento e encosto podendo ser de nylon, courvin ou similar; manoplas emborrachadas para condução por terceiros; largura de assento de 42 a 48 cm, suportar no mínimo 90 kg.	UND	2
16	NEBULIZADOR HOSPITALAR BIVOLT - USO INFANTIL E ADULTO, DIMENSÕES DO PRODUTO (CM): 26 X 24 X 33 (SEM SUPORTE) N107 X 60 X 34 (COM SUPORTE); COMPRIMENTO DA MANGUEIRA: 1,5 METROS	UND	6
17	COMADRE, MATERIAL: ACO INOX, CABO: COM CABO	UND	3
18	PAPAGAIO INOX	UND	3



19	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO: para um consultório, sem bomba de vácuo. Totalmente isento de óleo. Capacidade do reservatório de ar no mínimo 30 litros, tratamento interno e externo com antioxidante. Motor com potência mínima 1,19 CV, com 2 cabeçotes e refrigeração por ventoinha, velocidade mínima de rotação do motor: 1750 r.p.m. Fluxo de ar mínimo (vazão efetiva) 220l/min. Pressão máxima de trabalho de 120 psi. Nível de ruído até 58 db a um metro de distância. Pressostato com chave geral liga/desliga. Válvula de segurança. Válvula de alívio de pressão. Relé térmico de proteção. Saída de ar com válvula de fechamento e abertura por alavanca. Dreno do reservatório de ar por válvula de fechamento de abertura por alavanca. Filtro regulador de pressão de saída de ar. Manômetro de pressão do reservatório de ar. Voltagem 220V. Garantia mínima de 12 meses	UND	2
20	ESFIGMOMANÔMETRO aneroide/adulto. Esgmomanômetro Ajuste: Analógico, Aneroide, Tipo Fecho: Fecho em Velcro, Faixa de Operação: Até 300 MMHG, Tipo: de Braço, Tamanho: Adulto, Material Braçadeira: Braçadeira em Nylon.	UND	1



21	<p>CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, material revestimento estofado: poliestireno lavável sem costuras resistente as desinfecções de superfície, cor estofado: azul, material armação: aço carbono, tratamento armação: tratamento anticorrosivo, acabamento armação: pintura epóxi lisa resistente a desinfecção de superfícies, apoio braço direito: rebatível 90°, apoio braço esquerdo: fixo, quantidade movimentos cadeira: 3 posições programável de trabalho mais posição de emergência menos 5 graus de encosto, mocho: encosto anatômico tipo concha com ajuste altura e aproximação, elevação por pistão a gás com alavanca lateral, cor azul celeste, capacidade de carga m, modelo unidade água: acoplada a cadeira, material bacia cuspidora: cerâmica esmaltada, quantidade sugadores: três, modelo: unidade auxiliar acoplada a cadeira com braço articulável rebatível pneumático, composição equipo: completo ambidestro com mocho, seringa triplice, no mínimo, 2 terminal com spray para alta rotação e 1 terminal sem spray para micromotor pneumático, nível iluminação refletor: sistema ótico com 3 leds e três intensidades: 10.000, 20.000 e 30.000 lux (com variação de +-10%), tensão: 110/127/220 v, acionamento: pedal comando integrado com comandos de posição de trabalho e acionamento de refletor, forma fornecimento: conjunto</p>	UND	2
22	<p>DESTILADOR DE ÁGUA PARA LABORATÓRIO destilador de água, modelo: pilsen, material: aço inoxidável, acabamento: n/a, cor: n/a, material caldeira: aço inox, material coletor vapor: n/a, material cúpula: aço inox, capacidade reservatório água: 10 l/h, capacidade destilação: 5l/h, pureza água entrada: 300µs, pureza água saída: 3µs, tensão: 127 v, potência: 4.000 w, altura: 700 ~ 730 mm, largura: 380 ~ 400 mm, profundidade: 270 mm</p>	UND	2





23	<p>DETECTOR FETAL, SONAR DIGITAL. Display LCD. Faixa de medição de FCF: 30 a 240bpm. Ciclagem 6.000 a 60.000 e frequência de trabalho 2mhz <math>\pm</math> 10%. Alimentação bateria 9V x 200 MAH alcalina recarregável. Diâmetro máximo do foco ultrassônico: 50mm. Profundidade máxima do feixe ultrassônico: 200 a 250 mm. Alarme de bradicardia e taquicardia. Controle de volume. Alojamento para transdutor na lateral do aparelho. Saída para fone de ouvido ou gravador de som. Potência ultrassônica: 5mh/cm2. Potência máxima de consumo 2VA. Gabinete e transdutor confeccionado em plástico ABS Quatro modos de funcionamento. Indicador de batimento cardíaco fetal e bateria fraca no display com contador numérico digital. Carregador para bateria utiliza rede elétrica (110 v) ou (220 v). Desligamento automático para economia de bateria após 1 minuto sem detecção. Compartimento para a bateria localizado na traseira. Dimensões (L.P.A) 131 X 117 X 33 mm. Peso líquido: 320gr</p>	UND	8
----	---	-----	---



24	<p>DETECTOR FETAL DE MESA MONITORAMENTO PRECISO E NÃO INVASIVO DOS BATIMENTOS CARDÍACOS DO FETO. COM SUA BATERIA DE NÍQUEL METAL HIDRETO (NI-MH) DE LONGA DURAÇÃO, O DISPOSITIVO GARANTE ATÉ 5 HORAS DE USO CONTÍNUO, PERMITINDO UM ACOMPANHAMENTO EFICIENTE E SEGURO DA SAÚDE FETAL. SUA TECNOLOGIA AVANÇADA PERMITE A DETECÇÃO DO CORAÇÃO DO FETO DESDE A 10ª SEMANA DE GESTAÇÃO, POSSIBILITANDO A AVALIAÇÃO DO RITMO CARDÍACO E A DETECÇÃO DE GESTAÇÕES MÚLTIPLAS. ALÉM DISSO, O SOM CLARO DA PLACENTA A PARTIR DA 24ª SEMANA FACILITA DIAGNÓSTICOS COMO A PLACENTA PRÉVIA. COM UM DESIGN ROBUSTO EM MATERIAL ABS DE ALTO IMPACTO, O MONITOR É RESISTENTE À OXIDAÇÃO E DETERIORAÇÃO. O SUPORTE LATERAL PARA O TRANSDUTOR E O DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS 1 MINUTO SEM USO GARANTEM PRATICIDADE E FACILIDADE DE ARMAZENAMENTO. O CONTROLE DE VOLUME E TONALIDADE PROPORCIONA UMA EXPERIÊNCIA DE USO PERSONALIZADA. FREQUÊNCIA: 2 MHZ <math>\pm 10\%</math> COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO: SIM COM SAÍDA PARA FONES DE OUVIDO: SIM SEMANAS MÍNIMAS DE GRAVIDEZ: 10 SENSIBILIDADE: 90 TIPO DE ALIMENTAÇÃO: 110 A 230 V <math>\pm 10\%</math> E FREQUÊNCIA DE 50/60HZ BATIMENTOS POR MINUTO DETECTÁVEIS: 50 A 240 BPM</p>	UND	1
25	<p>ESCADA HOSPITALAR, material: aço inox, acabamento: aço inox, cor: n/a, quantidade degrau: 2, superfície degrau: borracha antiderrapante cor preta, largura: 0,40 m, carga trabalho: 125 kg, acessórios: pes com ponteira esmaltada</p>	UND	8
26	<p>ESTETOSCOPIO ADULTO: Uso profissional e doméstico, indicados para a ausculta cardiorespiratória não invasiva do organismo. Uso profissional e doméstico. Descrição: Baixo peso, diafragmas de alta sensibilidade, tubo moldado em PVC de peça única para melhor transmissão do som</p>	UND	10



27	FOCO REFLETOR AMBULATORIAL DESCRITIVO CATMAT: Foco clínico, pó lâmpada: lâmpada halógena 50w, tensão alimentação: 110,220 v v, pó haste: haste flexível, regulável, po base: base aço inox ou alumínio com rodízios, frequência: 60 hz	UND	4
28	FOTOPOLIMERIZADOR - modelo: de mesa, tipo lâmpada: led, potência polimerização: 600mw comprimento onda: 450 a 480 nm, faixa temporizador: 20, 40 e 60 seg., intervalo temporizador: 20 seg., sonorizador tempo: bip, tensão: 110/ 127/ 220 v	UND	2
29	GARROTE PARA COLETA DE SANGUE	UND	3



30	<p><b>CÂMARA DE CONSERVAÇÃO:</b> Câmara fria para armazenamento e conservação de vacinas nas Unidades Básicas de Saúde. Capacidade de armazenamento mínimo de 280 litros; vertical, dimensões externas aproximadas (LxAxP) 1818 mm x 600 mm x 590 mm cm; temperatura de trabalho de 2° C a 8° C; porta de vidro mínimo de 03 (três) gavetas/prateleiras removíveis; sistema de degelo automático seco com evaporação de condensado; exibição simultânea das temperaturas de momento, máxima e mínima, data e hora, carga de bateria, descritos no painel frontal em LCD; painel frontal com tecla de único toque para reset das temperaturas de máxima e mínima, conforme padrão ANVISA; 04 (quatro) rodízios com freio na parte frontal de fácil manuseio e travamento; tensão 220V ou 127V 50/60Hz; autonomia de bateria de 48 horas na ausência de energia elétrica, mantendo o equipamento trabalhando na temperatura programada, com controlador de tensão ativando o sistema de emergência na falta de energia ou protegendo o equipamento de em variações bruscas de energia elétrica; Garantia mínima de 12 meses. Apresentar registro do produto na ANVISA.</p>	UND	3
31	<p><b>KIT ACADÊMICO ODONTOLÓGICO</b> com: 1 Alta Rotação Z46TL LED Prata, 1 Micromotor X10, 1 Contra Ângulo T20, 1 Peça Reta P10, 1 Lubrificante.</p>	UND	4
32	<p><b>KIT SUTURA COMPLETO</b> Especificações: kit de sutura com 1 Estojo Inox Perfurado 18 x 08 x 03cm perfurado; 01 Cabo de Bisturi nº3; 01 Pinça Anatômica Dissecção C/ Serrilha 12cm; 01 Pinça Anatômica Dente de Rato 12cm; 01 Porta Agulha Mayo Hegar 14cm; 01 Tesoura Cirúrgica Iris 12cm Reta; 01 Pinça Halstead Mosquito 12cm Reta.</p>	UND	3



33	LANTENA CLINICA COM LED Especificação: Lanterna clínica de LED portátil; Luz Clara; Alimentado a bateria.	UND	4
34	LARINGOSCOPIO, de fibra ótica, adulto contendo: - laminas curvas e retas - cabo porta pilhas de metal recartilhado com tampa de rosca e mola, todo em aço inoxidável, para pilhas medias - jogo de laminas curvas com parte ativa de aproximadamente laminas curvas e retas n. 1,2,3 e 4 de cada uma, autolavável, com extremidade distal de formato redondo, acabamento fosco para impedir reflexão da luz - encaixe para lamina padrão internacional - acompanham: conjunto de pilhas, e lâmpada sobressalente, acondicionado em bolsa de courvin	UND	1





35	LARINGOSCÓPIO INFANTIL COM 03 LÂMINAS - CURVAS (0,1,2) PRODUTO PARA SAÚDE INDICADO PARA AUXILIAR NA APLICAÇÃO DE EXAME DE LARINGOSCOPIA, NA ANESTESIA LOCAL PARA INSERÇÃO DE SONDAS ENDOTRAQUEAIS E NA INTUBAÇÃO DE EMERGÊNCIA, UTILIZADOS NOS PROCEDIMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES. CABO EM AÇO INOX À PROVA DE FERRUGEM, RECARTEADO PARA MAIOR ERGONOMIA E SEGURANÇA ABERTURA NA BASE DO CABO, FÁCIL CONVERSÃO PARA BATERIA RECARREGÁVEL. TAMPA ROSQUEÁVEL COM MOLA EM AÇO INOX	UND	1
36	MESA, hospitalar, para exame ginecológico, estrutura tubular pintada, tampo móvel em chapa de aço inox, equipada com par de porta-coxas e gavetas, dimensões mínimas 1800 x 550 x 800mm.	UND	3
37	MESA DE EXAME CLINICO com dimensões 185x55x80, capacidade 120 kg, material aço ou epóxi, densidade d23	UND	6



38	MOCHO com encosto, acabamento liso e cantos arredondados de fácil limpeza e assepsia. Estofamento em material rígido e resistente, com revestimento sem costura, densidade adequada e anti deformante. Base com 5 rodízios de poliamida, resistente, proporciona excelente estabilidade e fácil mobilidade. Possuir ajuste de altura e fácil adaptação à estrutura dos profissionais. Assento com ajuste de altura entre 41 e 52 cm. Assento com sistema central de elevação do assento a gás através de alavanca lateral, promovendo movimentos suaves. Capacidade de carga: 110 Kg. Altura mínima da base: 410 mm. Altura máxima da base: 520 mm. Peso líquido: 7,2 Kg. Peso bruto: 9,2 Kg.	UND	2
39	NEGATÓSCOPIO 1 CORPO Especificação: Negatoscópio; Construído em chapa de Aço; Pintura epóxi com frente de acrílico leitoso fixação de RX por roletes em Bivolt; com Lâmpada de LED; Dimensões externas aproximadas: Profundidade: 11cm, Largura: 38cm, Altura: 50cm; Chave para seleção de voltagem 110v ou 220v.	UND	4



40	OFTALMOSCÓPIO: LÂMPADA XENON HALÓGENA (AMARELADA); LEVE, COMPACTO E ERGONÔMICO, OFERECE ALTA PERFORMANCE E MAIOR RESISTÊNCIA; FÁCIL SUBSTITUIÇÃO DA LÂMPADA XENON; CABO EM METAL COM REVESTIMENTO TERMOPLÁSTICO REFORÇADO; POSSUI CONVENIENTE CLIP QUE PROPORCIONA DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO AO SER FIXADO NO BOLSO; ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE 2 PILHAS ALCALINAS TIPO AA; NÃO CONTÉM LÁTEX;	UND	2
----	---	-----	---



41	OTÓSCOPIO PROFISSIONAL CABO METALICO LED C/ ESTOJO Especificação: Visor (lente) fixa redonda em policarbonato cristal com aumento de 2,5 x (vezes); 05 (cinco) espéculos auriculares, em material Nylon (Poliamida PA): 01 Espéculo Nº 1 sem reforço metálico - diâmetro 2,5 mm, 01 Espéculo Nº 2 sem reforço metálico - diâmetro 4,0 mm, 01 Espéculo Nº 3 sem reforço metálico - diâmetro 5,0 mm, 01 Espéculo Nº 4 sem reforço metálico - diâmetro 7,0 mm, 01 Espéculo Nº 5 sem reforço metálico - diâmetro 9,0 mm; Acondicionado em bolsa fecho velcro; Cabo em metal cromado; Botão com regulador de alta e baixa luminosidade	UND	6
----	--	-----	---



42	<p>OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL Parâmetros e desempenho Saturação de oxigênio SpO2• Frequência de pulso (FP)• Índice de perfusão gráfico• Índice de perfusão numérico• Tela cômoda pletismografia Faixa de medição:• SpO2: 0% – 100%• FP: 0 bpm – 255 bpm• Índice de Perfusão: 0,2%Informações técnicas: • Tela LCD Colorida • Resolução da tela 320 x 480 pixels• Dimensões 156 mm (C) x70 mm(L) x32 mm (A)• Peso aproximado125g (não inclui sensores e bateria) • Autonomia: pilhas 48h e bateria 24 horas;• Disponíveis sensores SpO2 adulto, pediátrico e neonatal reutilizável• Alarme visual e sonoro Acessórios: 01 Bolsa transporte;01 (um) manual do usuário em português</p>	UND	15
----	--	-----	----



43	<p>APARELHO DE RAIOS X ANALÓGICO 630 m MA 125kV 40kW Trifásico: Mesa de Tampo Flutuante capaz de suportar pacientes de até 250kg, com Grade Anti Difusora e Bandeja em aço inox autocentraste. Estativa Porta-Tubo com freios eletromagnéticos tipo Chão/Chão. Bucky Mural com freios eletromagnéticos, Grade Anti-Difusora e Bandeja em aço inox autocentraste. Colimador luminoso ajustável com timer. Par de Cabos de Alta Tensão 7,0 Metros 150 kV. Tubo de Raios-X de anodo giratório 22/47/125. Gerador de alta-tensão de Alta Frequência, microprocessado de 40kW, de 50 a até 630 MA em 5 postos, 125kV com seleção em passos de 1 kV, tempos de 0,002 a 5 segundos em 23 postos, de 0,2 a 500mAs em 23 postos. Alimentação 220/380 Volts, trifásico, 60kVA.</p>	UND	1
44	<p>APARELHO DE RAIOS X ODONTOLOGICO DE PAREDE descrição técnica: aparelho de raio-x com instalação na parede, 70kv, 8ma. Pannel interativo com funções preestabelecidas, braço balanceado com mola, programação por sensor digital e mira óptica para posicionamento. Voltagem: 220v/bivolt, autotransformador com estabilizador, proteção aos cabos elétricos. Garantia mínima: 12 meses</p>	UND	1





45	SELADORA embalagem, material: aço inoxidável, voltagem: 220 v, funcionamento: automático, aplicação: esterilização em autoclaves, características adicionais: controle eletrônico temperatura, largura selagem, velocidade: 10 m, min, potência: 220 w	UND	2
46	SELADORA ODONTOLOGICA: - Área de selagem: 30cm. - Tensão: 110V/220V (Automático). - Frequência: 50/60Hz (Automático). - Potência: 80W.	UND	3
47	SUPORTE PARA SORO AÇO INOX C/ RODÍZIOS Especificação: Suporte para soro com 4 rodízios; Aço inox; Base em aço tubular, regulagem de altura; Pés providos de 4 rodízios de 2''; Dimensões aproximadas: (CxLxA): 1,62 cm x 0,37 cm x 0,37 cm).	UND	2
48	TERMOMETRO CLINICO infravermelho sem contato com o paciente. medição a distância. características do produto: realizar medição de temperatura do corpo humano (através da proximidade da testa do paciente, sem promover o contato termômetro e testa); ajuste: digital, escala até 50°C, com alarmes, memória: mínimo de 10 medições	UND	10
49	ULTRASSOM MULTIFUNCIONAL E JATO DE BICARBONATO-bivolt: -kit 3 pontas (T1, T2, T3) -1 capa caneta ultrassom -1 fusível vidro - 1 mangueira -1 chave de aperto de pontas.	UND	2



50	CARRO DE ANESTESIA - Tamanho (Dimensões Típicas): Largura: 60 - 90 cm; Profundidade: 50 - 70 cm; Altura: 90 - 110 cm, Peso: 30 - 70 kg (vazio, sem equipamentos acoplados).	UND	1
51	FOCO CIRÚRGICO DUPLO DE TETO - Tamanho (Dimensões Típicas): Diâmetro da cúpula do foco: 50 - 80 cm; Comprimento do braço articulado (máximo): 150 - 250 cm, Peso (por cúpula e braço): 40 - 80 kg.	UND	1
52	MONITOR MULTIPARAMETRICO - Tamanho (Dimensões Típicas): Tamanho da tela: 8 - 17 polegadas (diagonal); Largura: 25 - 45 cm; Profundidade: 15 - 30 cm, Altura: 20 - 40 cm, Peso: 3 - 10 kg.	UND	10
53	MESA CIRURGICA - Tamanho (Dimensões Típicas): Comprimento do tampo: 180 - 220 cm; Largura do tampo: 50 - 60 cm; Altura mínima de elevação: 60 - 80 cm; Altura máxima de elevação: 90 - 120 cm; Peso (suportado): 150 - 450 kg (capacidade de carga); Peso (da mesa): 150 - 300 kg.	UND	1
54	FOCO CIRURGICO AUXILIAR - Tamanho (Dimensões Típicas): Diâmetro da cabeça do foco: 15 - 30 cm; Comprimento do braço flexível: 70 - 100 cm; Altura total (em base móvel): 150 - 200 cm; Diâmetro da base: 50 - 70 cm; Peso: 10 - 25 kg.	UND	2



55	APARELHO DE ELETROCARDIOGRAMA - Tamanho (Dimensões Típicas): Largura: 25 - 35 cm; Profundidade: 20 - 30 cm; Altura: 5 - 15 cm; Peso: 1 - 5 kg (modelos portáteis).	UND	2
56	ASPIRADOR DE SECREÇÕES - Tamanho (Dimensões Típicas): Modelos portáteis: 20x15x20 cm, peso 2-4 kg; Modelos de bancada/com rodízios: 30x20x30 cm a 40x30x60 cm, peso 5-15 kg; Capacidade do frasco coletor: 1 a 2 litros.	UND	6
57	LEITO HOSPITALAR - Tamanho (Dimensões Típicas): Comprimento total: 200 - 230 cm; Largura total: 90 - 110 cm; Altura mínima do leito (do chão ao colchão): 40 - 60 cm; Altura máxima do leito: 70 - 90 cm; Peso (suportado): 180 - 250 kg	UND	2
58	OTOSCOPIO - Tamanho (Dimensões Típicas): Comprimento: 15 - 20 cm; Diâmetro: 2 - 4 cm; Peso: 100 - 300 g	UND	8
59	MESA PRÉ PARTO - Tamanho (Dimensões Típicas): Comprimento: 180 - 200 cm; Largura: 80 - 100 cm; Altura mínima: 60 - 80 cm; Altura máxima: 90 - 110 cm; Peso (suportado): 150 - 200 kg.	UND	2
60	DESFIBRILADOR PORTATIL - Tamanho (Dimensões Típicas): Largura: 25 - 35 cm; Profundidade: 10 - 20 cm; Altura: 20 - 30 cm; Peso: 2 - 7 kg	UND	2



61	CARRO DE EMERGÊNCIA - Tamanho (Dimensões Típicas): Largura: 70 - 100 cm; Profundidade: 50 - 60 cm; Altura: 90 - 110 cm; Peso: 50 - 100 kg.	UND	2
62	KIT DE LARINGOSCOPIO - Tamanho (Dimensões Típicas): Estojo: 25x15x5 cm a 35x20x10 cm; Comprimento das lâminas: 7 - 18 cm; Comprimento do cabo: 15 - 20 cm.	UND	3
63	COLPOSCOPIO - Tamanho (Dimensões Típicas): Altura da coluna: 90 - 120 cm; Comprimento do braço: 50 - 80 cm; Diâmetro da base: 50 - 70 cm; Peso: 30 - 60 kg	UND	1
64	CENTRAL REVELADORA DE RAO X DIGITAL - Tamanho: Scanner: 60x60x40 cm a 100x80x50 cm, peso 50-100 kg. Estação de trabalho: PC padrão e monitor; Cores: Branco, cinza claro ou cinza escuro; Materiais: Carcaça em metal e plástico; DR (Digital Radiography); Tamanho: Detector de painel plano (cassete): 35x43 cm (padrão) ou 24x30 cm, espessura de 1-2 cm, peso 2-4 kg. Workstation: PC padrão e monitor.	UND	1
65	RESPIRADOR HOSPITALAR - Tamanho (Dimensões Típicas): Largura: 30 - 50 cm; Profundidade: 30 - 50 cm; Altura: 20 - 40 cm (unidade principal), pode ser montado em carrinho com altura de 100-140 cm; Peso: 10 - 25 kg (unidade principal)	UND	1



66	BERÇO AQUECIDO COM FOTOTERAPIA - Tamanho (Dimensões Típicas): Comprimento: 90 - 110 Cm; Largura: 60 - 80 cm; Altura mínima: 120 - 140 cm; Altura máxima: 150 - 170 cm; Superfície do leito: 60x40 cm a 70x50 cm.	UND	1
----	--	-----	---

### **3. DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO**

3.1. Não há no Plano Anual de Contratação elaborado para ser executado em 2025. A elaboração do PAC pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal é obrigatória a partir de 2025, e sua execução a partir do ano subsequente (2026), nos termos do Decreto Municipal nº 029/2023 – GPMB.

### **4. DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data de publicação no PNCP.

4.2. A existência de Ata de Registro de Preços válida não obriga a Administração Pública a firmar as contratações que delas possam advir, tampouco autoriza a CONTRATADA a atender às demandas por motivos relacionados a quantidades mínimas ou máximas.

4.3. Cabe aos Órgãos deliberar acerca de eventuais prorrogações dos contratos oriundos das Atas de Registro de Preços, que estarão sujeitas às regras previstas no Decreto Municipal nº 029/2023 - GPMB, e na Lei Federal n.º 14.133/2021.

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

5.1. Para atender à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Beruri de forma eficiente, flexível e economicamente vantajosa, a solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento eventual de equipamentos hospitalares diversos, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Beruri, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP).

5.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços com a formação de uma Ata de Registro de Preços (ARP) permitirá:

a. Aquisição Gradual e Flexível: A Prefeitura não será obrigada a adquirir a totalidade dos itens de uma só vez, podendo emitir Ordens de Fornecimento parceladas ao longo do período de vigência da ARP, conforme a real demanda das unidades. Isso otimiza a gestão de estoque e a alocação orçamentária.

b. Diversidade de Equipamentos Hospitalares: A solução buscará registrar preços para uma ampla gama de equipamentos hospitalares, abrangendo diferentes tipologias (reagentes, consumíveis, equipamentos, vidraria, plásticos hospitalares, etc.), garantindo a adequação às distintas necessidades dos serviços de saúde.



c. Qualidade e Segurança Asseguradas: Serão exigidos equipamentos hospitalares que atendam rigorosamente às normas técnicas brasileiras aplicáveis, especialmente as relativas à segurança, eficácia e desempenho para uso em diagnósticos e pesquisas científicas.

d. Otimização de Recursos Públicos: Ao licitar o volume estimado de equipamentos hospitalares para um período, a Prefeitura poderá obter melhores condições de preço devido à economia de escala, enquanto mantém a flexibilidade de comprar apenas o que for efetivamente necessário, evitando desperdícios e obsolescência.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A presente contratação observará os seguintes requisitos, que deverão ser atendidos pela empresa fornecedora e pelos produtos, de forma a garantir a excelência, segurança e conformidade do objeto contratado:

### **6.1. REQUISITOS PARA A EMPRESA CONTRATADA (FORNECEDOR):**

6.1.1 Habilitação Jurídica: A empresa deverá apresentar documentação comprobatória de sua constituição e capacidade de operar legalmente no país, conforme detalhado na Seção 8 do Edital, incluindo Licença Sanitária de Funcionamento (Alvará Sanitário) ou documento equivalente, emitido pela autoridade sanitária competente, para fins de distribuição e/ou comercialização de produtos para saúde e correlatos, quando aplicável.

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) dos sócios e/ou representantes legais.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

6.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista: Comprovar regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, bem como com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho, conforme detalhado na Seção 8 do Edital. Além disso, deverá ser apresentada:

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

g) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.



6.1.3 Regularidade Contábil e Financeira: Apresentar balanços patrimoniais e índices financeiros que comprovem sua boa saúde financeira, compatível com a execução do contrato, conforme detalhado na Seção 8 do Edital. Adicionalmente, o licitante deverá apresentar:

b.4) Demonstração da escrituração Contábil/Fiscal/pessoal regular.

b.5) Comprovante de habilitação do profissional, bem como sua situação regular perante o seu Conselho Regional de Contabilidade à época da assinatura do registro na Junta Comercial/Cartório ou da data da entrega do ECD.

b.3.1) Nos casos em que ocorrer a substituição do profissional responsável pela elaboração do balanço patrimonial da empresa, a qualificação do profissional atualmente encarregado será sujeita a avaliação.

b.3.2) Na mesma hipótese do subitem anterior, o profissional atualmente encarregado validará o(s) balanço(s) apresentados, anexando declaração expressa a ser juntado no momento do envio da proposta ajustada.

6.1.4 Qualificação Técnica Operacional: Demonstrar experiência e capacidade técnica para o fornecimento dos itens solicitados, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem fornecimentos similares em características, quantidades e prazos de materiais e/ou equipamentos laboratoriais e correlatos. O fornecedor deverá possuir Licença Sanitária de Funcionamento (Alvará Sanitário), emitida pela autoridade sanitária competente, para as atividades de armazenamento, distribuição e/ou importação de produtos para saúde, conforme a natureza dos itens a serem fornecidos, e apresentar cópia da mesma ou comprovar sua regularidade junto ao órgão sanitário competente.

## **6.2. REQUISITOS PARA OS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES (OBJETO DO FORNECIMENTO):**

6.2.1 Novos e Sem Uso: Todos os equipamentos hospitalares fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, sem qualquer avaria, defeito de fabricação, contaminação ou indício de uso anterior, garantindo a integridade e eficácia do produto.

6.2.2 Conformidade com Normas Técnicas e Regulamentação Sanitária: Possuir registro, cadastro ou notificação na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), conforme a categoria de risco e exigência da legislação vigente para cada produto. Os equipamentos hospitalares devem atender rigorosamente às normas técnicas brasileiras (ABNT NBR), às regulamentações da ANVISA, e a outras normas nacionais e internacionais pertinentes para produtos para a saúde, produtos para diagnóstico in vitro e demais equipamentos hospitalares. Deve-se garantir a rastreabilidade dos produtos, apresentando número de lote e data de validade claramente identificados, e que todos os itens são seguros, eficazes e apropriados para uso diagnóstico e/ou científico, minimizando riscos à saúde dos usuários e à integridade dos resultados.

6.2.3 Equipamentos Hospitalares Seguros e Adequados: Serem fabricados com equipamentos hospitalares biocompatíveis, atóxicos, não pirogênicos (se aplicável), estéreis (se exigido), e resistentes às condições de uso e armazenamento em ambiente hospitalar. A comprovação da adequação e segurança será feita por meio de laudos técnicos, certificados de análise, bulas, manuais e especificações técnicas do fabricante, quando solicitados, bem como certificações de qualidade (ex: ISO 13485 para produtos médicos, se aplicável).

6.2.4 Design, Acabamento e Funcionalidade: Apresentar design funcional que facilite o uso em ambiente hospitalar, incluindo graduações precisas, compatibilidade com equipamentos existentes na Secretaria Municipal de Saúde de Beruri, e acabamento que permita fácil limpeza, desinfecção e esterilização, quando aplicável. Devem garantir a precisão, a reprodutibilidade e a confiabilidade dos resultados analíticos.

6.2.5 Qualidade e Durabilidade (Validade): Os produtos devem ser de alta qualidade, garantindo a performance e a estabilidade necessárias para o uso hospitalar. No momento da entrega, os produtos deverão possuir, no mínimo, 70% (setenta por cento) do prazo de validade total (shelf-life), a contar da data de fabricação, ou período superior definido para itens específicos que possuam validade reduzida, conforme anexo.

6.2.6 Embalagem: Os equipamentos hospitalares deverão ser entregues em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, íntegras e invioladas, contendo todas as informações obrigatórias, como nome do produto, fabricante, número de lote, data de fabricação, data de validade, condições de armazenamento.

### **6.3. REQUISITOS PARA A ENTREGA E LOGÍSTICA:**

6.3.1 Prazo de Entrega: O prazo máximo para entrega de cada Ordem de Fornecimento será estabelecido no Edital e/ou na própria Ordem, contado a partir da data de sua emissão, devendo ser cumprido rigorosamente pela contratada.

6.3.2 Local de Entrega: As entregas deverão ser realizadas no(s) endereço(s) indicado(s) pela Secretaria Municipal de Saúde de Beruri, em dias úteis e horário comercial.

6.3.3 Transporte e Descarregamento: Os custos e responsabilidades pelo transporte, seguro, descarregamento e acomodação inicial dos produtos no local de entrega serão de responsabilidade exclusiva da contratada. As condições de transporte devem garantir a manutenção da qualidade e integridade dos equipamentos hospitalares, incluindo controle de temperatura quando necessário.

6.3.4 Documentação na Entrega: Cada entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal eletrônica, que discrimine claramente os itens, quantidades e valores, e que esteja em conformidade com a Ordem de Fornecimento correspondente, bem como cópia da Licença Sanitária de Funcionamento (Alvará Sanitário) e dos registros/cadastros/notificações dos produtos na ANVISA, quando solicitados.

### **6.4. REQUISITOS DE GARANTIA E PÓS-VENDA:**

6.4.1 Garantia do Produto: Os equipamentos hospitalares deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir da data de recebimento definitivo de cada item. Para reagentes e equipamentos hospitalares com validade definida, a garantia está intrinsecamente ligada ao seu prazo de validade, devendo ser assegurada até a data de vencimento indicada na embalagem, desde que armazenados e utilizados corretamente.

6.4.2 Assistência Técnica/Troca: A contratada deverá se comprometer a efetuar a troca de qualquer equipamento hospitalar que apresente defeito de fabricação, não conformidade com as especificações, ou que tenha seu prazo de validade comprometido antes da entrega mínima estabelecida, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, sem ônus adicionais para a Prefeitura.

### **6.5. REQUISITOS ADMINISTRATIVOS E DE FISCALIZAÇÃO:**

6.5.1 Acompanhamento e Fiscalização: A contratada deverá cooperar com o(s) fiscal(is) do contrato, fornecendo todas as informações e documentações necessárias para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto.

6.5.2 Ateste: Somente após a verificação de conformidade de todos os requisitos do item e do cumprimento da Ordem de Fornecimento o(s) fiscal(is) atestarão a nota fiscal para fins de pagamento.

## **7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

O modelo de execução da presente contratação, por meio de Sistema de Registro de Preços, visa assegurar a flexibilidade na aquisição e a conformidade legal e técnica em todas as fases. Ele abrange desde a solicitação e entrega dos itens até a gestão, fiscalização e processamento dos pagamentos.

### **7.1. FLUXO DE FORNECIMENTO PARCELADO**

A execução do objeto se dará por meio de fornecimento parcelado dos equipamentos hospitalares, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Beruri.

7.1.1. Solicitação Formal: As aquisições serão formalizadas mediante a emissão de Ordens de Fornecimento (OF) pela Secretaria competente, com base na Ata de Registro de Preços firmada após o processo licitatório. Cada OF detalhará os itens, quantidades, prazos e locais de entrega específicos.

7.1.2. Entrega e Nota Fiscal: A empresa contratada deverá realizar a entrega dos equipamentos hospitalares nos locais e prazos estabelecidos em cada Ordem de Fornecimento, acompanhada da respectiva Nota Fiscal, que deverá estar vinculada à OF expedida.

### **7.2. GESTÃO DO CONTRATO**

A gestão contratual será orientada pelos princípios da Lei nº 14.133/2021, garantindo a fiel execução e a responsabilidade das partes:

7.2.1. Fiel Execução: O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2.2. Prorrogação de Cronograma: Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.2.3. Comunicações Formais: As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.2.4. Convocação de Representante: O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.2.5. Reunião Inicial: Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **7.3. FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada de forma contínua, com papéis e responsabilidades bem definidos:

#### **7.3.1. Disposições Gerais da Fiscalização:**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. Na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/21. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis. O acompanhamento e fiscalização da execução contratual serão realizados por servidor designado, que lavrará relatórios periódicos (ex: mensais) de recebimento e conformidade dos equipamentos hospitalares entregues.

#### **7.3.2. Fiscal Administrativo:**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **7.3.3. Gestor do Contrato:**

O(a) gestor(a) do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.



O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

Os critérios de medição para fins de recebimento e os procedimentos de pagamento seguirão as seguintes diretrizes:

### **8.1. Recebimento dos Bens:**

Os equipamentos hospitalares serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os equipamentos hospitalares poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos equipamentos hospitalares e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, especialmente quanto à análise de lotes, validação de conformidade e verificação de certificações sanitárias.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 8.2. Liquidação da Despesa:

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: (i) o prazo de validade; (ii) a data da emissão; (iii) os dados do contrato e do órgão contratante; (iv) o período respectivo de execução do contrato; (v) o valor a pagar; e (vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

#### 8.3. Prazo de Pagamento:

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

#### 8.4. Forma de Pagamento:

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### 8.5. Antecipação de Pagamento:

Não haverá a antecipação de pagamento por qualquer solicitação de fornecimento ou prestação de serviços indicados neste Termo de Referência.

#### 8.6. Cessão de Crédito:

Não será permitida a cessão de crédito.



## **9. DAS OBRIGAÇÕES**

### **9.1. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE BERURI:**

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no equipamento hospitalar fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.6. Efetuar o pagamento da Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.1.7. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- 9.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.1.10. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração das especificações ou condições de fornecimento pela Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **9.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 9.2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações e quantitativos em conformidade com as condições deste instrumento, obrigando-se a substituir aquele(s) não achado(s) conforme(s) pela CONTRATANTE;
- 9.2.2. Pagar todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o fornecimento do objeto, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho etc., ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere à CONTRATANTE;
- 9.2.3. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato que não terão nenhum vínculo empregatício com a administração;

- 9.2.4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a esta Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- 9.2.5. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO no fornecimento do objeto, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;
- 9.2.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.2.7. A inadimplência com referência aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere ao Município de Beruri a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o fornecimento, razão pela qual a Empresa Vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a Contratante;
- 9.2.8. Fornecer os equipamentos hospitalares nas embalagens e adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a qualidade e a quantidade fornecida;
- 9.2.9. Manter, durante todo o período de entrega, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando da realização do pagamento pelo Município de Beruri, comunicando, imediatamente, a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessa condição;
- 9.2.10. Manter, pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento;
- 9.2.11. Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade do fornecimento;
- 9.2.12. Fornecer o objeto obedecendo às quantidades requisitadas, qualidade, horários, prazos e locais estabelecidos para a entrega;
- 9.2.13. Adequar, por determinação da Contratante, qualquer equipamento hospitalar que não esteja sendo executado de acordo com as boas práticas de fabricação ou regulamentação sanitária;
- 9.2.14. Comunicar, antecipadamente, a data e o horário da entrega, não sendo aceito o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo;
- 9.2.15. Dar ciência à Secretaria solicitante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos;
- 9.2.16. A Contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, Assistenciais, Securitárias e Sindicais, de seus funcionários, sendo considerada como única empregadora, não havendo qualquer vínculo de solidariedade empregatícia desta Contratante;
- 9.2.17. Não poderá a Contratada, em hipótese alguma, transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações admitidas, sem prévio assentimento da contratante;
- 9.2.18. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;
- 9.2.19. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 124 da Lei n.º 14.133/21.



## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, salvo em situações excepcionais previstas na Lei nº 14.133/2021 e expressamente autorizadas pela Administração Pública. Caso haja necessidade de subcontratação, deverá ser realizada mediante justificativa técnica e aprovação prévia do órgão contratante, garantindo a manutenção da qualidade e conformidade com as especificações contratuais.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

11.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

a) O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, amparado na Lei Federal nº 14.133/21, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

11.2. Regime de execução do contrato:

a) O regime de execução do contrato será de FORNECIMENTO PARCELADO, caracterizado pela entrega gradual dos bens, com base na emissão de Ordens de Fornecimento específicas para cada necessidade da Administração.

11.3. Qualificação Técnica Específica:

a. Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, compatível em características técnicas similares ao fornecimento de equipamentos hospitalares e correlatos, comprovando a experiência do fornecedor no ramo de produtos para a saúde.

b. Cópia da Licença Sanitária de Funcionamento (Alvará Sanitário) do licitante, conforme a legislação sanitária vigente para a atividade de distribuição e/ou comercialização de produtos para saúde.

c. Entende-se como quantidade similar o fornecimento de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica sem exigência de quantitativos mínimos.

d. O Atestado deverá vir acompanhado da relação dos itens fornecidos com as respectivas quantidades dos produtos/serviços (referente a equipamentos hospitalares).

c.1) Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo Agente de Contratação (referente a equipamentos hospitalares).

d. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Licitante ou pela própria Licitante e/ou emitidos por empresas das quais participem sócios ou diretores da Licitante.

e. Os Atestados poderão ser diligenciados pelo Agente de Contratação caso haja alguma dúvida ou inconsistência que não seja possível a sua identificação, como cópia reprográfica ilegível ou outros fatores.

f. Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude de estes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.



g. Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo se, por motivo de diligência, possa ser comprovada a sua veracidade.

## **12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral.

12.2. Somente será indicada a dotação orçamentária quando da formalização da respectiva Ordem de fornecimento.

12.3. A estimativa do valor da contratação terá caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, exceto nos casos de critério de julgamento por maior desconto, onde o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação, conforme preceitua Art. 24 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.3.1. O sistema poderá, para fins de aceitação por parte do Agente de Contratação, não divulgar os preços estimados após a fase de lances, sendo postergado após a fase de negociação de preços.

12.4. O valor da contratação foi baseado nas contratações de anos anteriores, cumulado com a previsão de incidência tributária pertinente.

## **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

## **14. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE**

14.1. Declaramos que este Termo de Referência está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 029/2023 – GPMB, e demais legislações vigentes, submetendo-o à apreciação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Beruri/AM.

Beruri/AM, 02 de outubro de 2025.

---

**Thiago Souza da Silva**

Secretário Municipal de Saúde





Dec. nº 004/2025-GPMB

## 15. AUTORIZAÇÃO

Aprovo o Termo de Referência, com fundamento no artigo 48, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 029/2023-GPMB e alterações posteriores, considerando a importância da contratação, em face das justificativas técnicas apresentadas.

Beruri/AM, 02 de outubro de 2025.

  
**Emerson Klingner Gonçalves de Mello**  
**Prefeito Municipal**

**ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XX/2025**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BERURI, por meio do(a) [COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/PREGOEIRO], sediado(a) [Endereço da Prefeitura], em Beruri/AM, CEP [CEP da Prefeitura], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ da Prefeitura], neste ato representado pelo Prefeito Emerson Klinger Gonçalves de Mello, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº [Número do Edital]/2025, publicada no Diário Oficial em [Dia] de [Mês] de [Ano], processo administrativo n.º [Número do Processo], RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de ....., especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº [Número do Edital] /2025], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Marca (se couber)	Modelo (se couber)	Especificação detalhada	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)
------	-------------------	--------------------	-------------------------	---------	-------------------	-------------------	----------------	-------------------------------	---

---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

## 3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de SRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.





3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 3.1.

#### 3.6. Dos limites para as adesões

3.6.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.6.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.7. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, e observado os limites previstos nos itens 3.6.1 e 3.6.2.

#### 3.8. Vedação a acréscimo de quantitativos

3.8.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



4.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.2.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.3. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo igual ou inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

4.5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.6. O registro a que se refere o item 4.5.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere a Seção 9 do Edital, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.11. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.8, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 9.1.1 do Edital aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

4.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 8.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.8.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto nos itens 6.2 e 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.5.1. Por razão de interesse público;

8.5.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **9. DAS PENALIDADES**

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.





9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

Beruri (AM), [Dia] de [Mês] de [Ano].

Emerson Klinger Gonçalves de Mello

Prefeito Municipal